



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v12i1.44593>

A deliberação e os minipúblicos: estudo de caso da Assembleia Cidadã Enfrentando Desigualdades Recicla Belém

Deliberation and mini-publics: case study of the Citizen Assembly Facing Inequalities Recycle Belém

Deliberación y minipúblicos: estudio de caso de la Asamblea Ciudadana frente a las desigualdades Recicla Belém

Ana Olimpia Cardoso Alves
Universidade Federal Rural da Amazônia

Olívia Cristina Perez
Universidade Federal do Piauí

Resumo O presente trabalho investiga o papel de minipúblicos no contexto das Assembleias Cidadãs, especificamente a percepção dos participantes do projeto Enfrentando Desigualdades. A metodologia adotada consistiu na observação das sessões deliberativas e aplicação de quinze entrevistas com membros do minipúblico. Os resultados mostram que, na perspectiva dos participantes, as experiências vivenciadas apresentam grande importância, especialmente pela transformação do interesse em atuar e debater temas públicos.

Palavras-chave: Minipúblicos; Deliberação; Participação cidadã; Assembleia cidadã.



Abstract This study investigates the role of minipublics in the context of Citizens' Assemblies, specifically the perception of participants in the Facing Inequalities project. The adopted methodology consisted of observing deliberative sessions and conducting fifteen interviews with members of the minipublic. The results show that, from the participants' perspective, the experiences they lived are of great importance, particularly in transforming their interest in engaging and debating public interest issues.

Keywords: Minipublics; Deliberation; Citizen participation; Citizen assembly.

Resumen El presente trabajo investiga el papel de los minipúblicos en el contexto de las Asambleas Ciudadanas, específicamente la percepción de los participantes del proyecto Enfrentando Desigualdades. La metodología adoptada consistió en la observación de las sesiones deliberativas y la realización de quince entrevistas con miembros del minipúblico. Los resultados muestran que, desde la perspectiva de los participantes, las experiencias vividas son de gran importancia, especialmente en la transformación de su interés por actuar y debatir temas de interés público.

Palabras clave: Mini públicos; Deliberación; Participación ciudadana; Asamblea ciudadana.

Recebido em 14-05-2024

Modificado em 23-12-2024

Aceito para publicação em 28-01-2025

Introdução

A presente pesquisa aborda a participação social no projeto Assembleia Cidadã Recicla, que ocorreu no município de Belém, no estado do Pará, entre agosto e setembro de 2023. A Assembleia Cidadã Recicla Belém integra o projeto Assembleia Cidadã Enfrentando Desigualdades, desenvolvido pelo coletivo Delibera Brasil e pela Rede Conhecimento Social em parceria com a *United Nations Democracy Fund* (UNDEF).

O trabalho se insere no campo de análises sobre a participação social, ou seja, sobre a atuação da sociedade civil junto às instâncias estatais. No processo de participação social, os cidadãos articulados em organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e outras formas de associação atuam em conjunto com o poder público, de forma institucionalizada ou não (Perez & Santos, 2019).

Uma das referências no campo da participação social, a filósofa britânica Carole Pateman (1992) defende que os indivíduos comuns têm total capacidade de intervir nas tomadas de decisões locais e nacionais. De modo mais amplo, para Pateman (1992), a experiência da participação impacta positivamente sobre os cidadãos na medida em que a participação política é um aprendizado.

Alguns autores da Ciência Política escrevem sobre os potenciais da participação cidadã no aprimoramento dos regimes democráticos. Por exemplo, Sartori (1976) destaca que a participação cidadã nas decisões públicas possui o potencial de fortalecer a legitimidade das instituições democráticas ao ampliar a representatividade e o engajamento político.

Uma das formas de participação social é por meio das assembleias cidadãs. As assembleias cidadãs são um modelo colaborativo que tem por finalidade a inclusão do cidadão comum dentro do debate político a partir da sua integração em reuniões voltadas à deliberação de determinado assunto. Esse modelo se destaca por englobar a participação social a partir de uma perspectiva direcionada para a construção de contribuições para o poder público visando a conciliação de percepções coletivas e a entrega de recomendações sobre caminhos possíveis (CMSP, 2024).

No processo participativo há uma preocupação com a forma como as decisões são formuladas, ou seja, como ocorrem os processos de deliberação. Conforme a principal referência nesse campo, Habermas (1997), a deliberação é um sistema que busca não apenas estabelecer a vontade da maioria, mas, principalmente, proporcionar um intercâmbio de argumentos entre os participantes visando o estabelecimento de consensos, sejam estes parciais ou não. Tunhas (2012) complementa que a deliberação pode ser entendida como um processo em que parte da expressão das vontades conduz a uma escolha comum. Nessa dinâmica, os direcionamentos resultantes do processo deliberativo legitimam as decisões políticas, visto que fomentam a melhoria do sistema democrático pelo diálogo público, com o objetivo de uma justificação racional das decisões políticas (Sampaio, 2012).

Uma das formas de deliberação que proporciona a participação social é por meio de minipúblicos. Os minipúblicos são uma inovação metodológica que permite a tomada de decisões validadas pela representatividade do grupo de deliberação. Conforme Archon Fung (2004), o termo minipúblico remete à reunião de um conjunto de indivíduos que voluntariamente se reúnem para deliberar e formular decisões sobre uma temática ou emblema comum. Como o próprio nome sugere, o minipúblico é estruturalmente uma parcela representativa do todo, ou seja, um agrupamento de sujeitos que ao interagirem podem representar o seu bairro, município, estado ou nação. A constituição de minipúblicos se justifica pela versatilidade da criação de um processo de tomada de decisões participativo mais simplificado e transparente em menor escala (Fishkin, 2015).

Conforme os estudos empíricos sobre a experiência, os minipúblicos promovem práticas deliberativas inclusivas em contextos periféricos, ou seja, mesmo em áreas vulneráveis, minipúblicos podem fortalecer a democracia local e a confiança nas instituições (Netto & Cervellini, 2021). O pesquisador Algora (2023) mostrou os desafios e as oportunidades associados a esse modelo a partir de um estudo de caso ocorrido na Bélgica e de outro na Irlanda. Anacleto *et al.* (2021), analisaram a aplicação do minipúblico para o monitoramento de compras públicas, sobretudo visando identificar e compreender como se estrutura o processo de formação de grupos de cidadãos qualificados. Ainda com foco no potencial para formulação de políticas públicas, as assembleias cidadãs são apresentadas como ferramentas para enfrentar a mudança climática, combinando conhecimento técnico e deliberação cidadã para influenciar políticas públicas de forma legítima e participativa (Pizi, 2023). Há também estudos que destacam seu potencial em outros espaços. Por exemplo, Souza (2012), ao abordar o e-Democracia, destaca seu papel como plataforma digital para a participação cidadã e interação com legisladores, embora com limitações na inclusão social e impacto político.

O presente trabalho contribui com essa literatura ao abordar os ganhos da deliberação cidadã por meio de um minipúblico na perspectiva dos participantes. O texto aborda o projeto Assembleia Cidadã Enfrentando Desigualdades. Nele, a seleção dos membros do minipúblico foi realizada por sorteio e como resultado foram selecionados 40 munícipes para participar de cinco sessões. Para o município de Belém a temática elencada em conjunto com a prefeitura foi a implementação da coleta seletiva. Esse tema causa um grande descontentamento entre os munícipes de Belém, devido à precariedade na prestação de serviços de coleta de resíduos e limpeza urbana e, principalmente, à inexistência da cobertura da coleta seletiva significativa para a região.

A pergunta que guiou a pesquisa foi: qual a percepção do minipúblico sobre a Assembleia cidadã? O objetivo da pesquisa foi realizar um diagnóstico de potenciais e desafios dessa experiência participativa na perspectiva dos cidadãos que compuseram o minipúblico. O trabalho mostra como para os participantes a maior mudança acontece na forma como se enxergam: de distantes, em relação aos seus representantes, para sujeitos ativos no processo de formulação de decisões coletivas.

A relevância do estudo do tema reside na incipiência de minipúblicos dentro do desenho institucional de participação cidadã no Brasil, bem como na necessidade de compreender os mecanismos que potencializam a participação ativa dos cidadãos nas decisões coletivas.

Metodologia

A presente pesquisa possui caráter exploratório-descritivo de natureza qualitativa. Como o objetivo foi sistematizar a opinião dos participantes acerca da experiência que tiveram com minipúblicos, fizemos pesquisas antes e depois da experiência. Para captar a opinião dos participantes antes do processo deliberativo, foi realizado o acompanhamento de cinco sessões no período de agosto a setembro de 2023, bem como a análise documental do registro de trechos de falas e sugestões realizadas ao longo das reuniões. Por sua vez, visando investigar a percepção dos participantes após o processo de deliberação, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com os participantes.

Detalhadamente, as entrevistas aconteceram na última sessão da Assembleia Cidadã, no dia 16 de setembro de 2023. Ao todo, foram selecionados 15 integrantes para participar da pesquisa, os quais serão identificados sequencialmente da letra A à letra N. O critério de escolha dos entrevistados foi o aceite na publicação anonimizada das informações concedidas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As perguntas da entrevista versaram sobre a percepção dos entrevistados sobre os problemas e vantagens da participação via assembleias cidadãs.

A análise dos dados adotou como procedimento a análise de conteúdo que, para Bardin (2016:42), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos, a descrição do conteúdo que permita a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção”. A partir disso, foram destacados excertos de falas que mais representassem o pensamento coletivo.

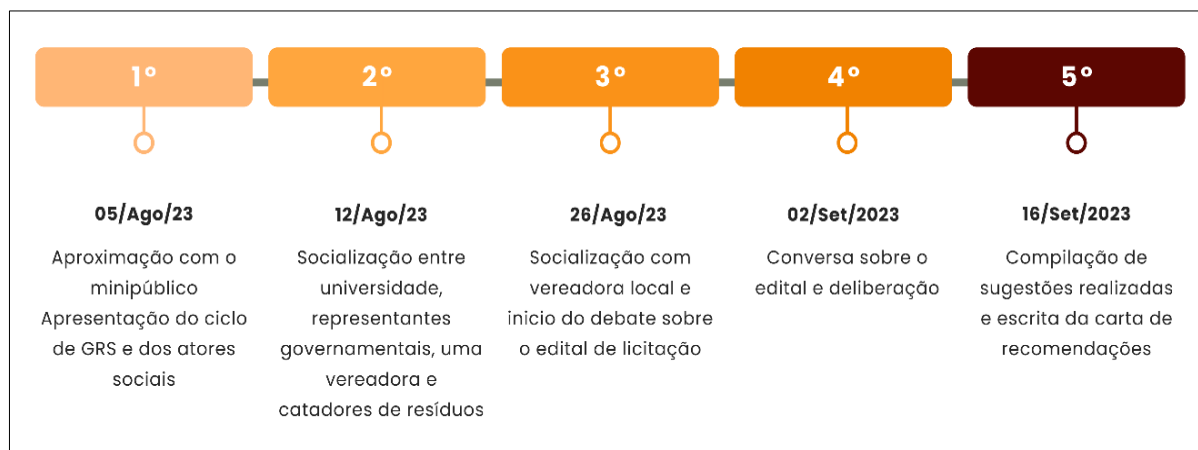
Resultados e discussão: descrição da experiência

A Assembleia Cidadã Enfrentando as Desigualdades — Recicla Belém é a primeira deliberação promovida pela parceria entre a Rede Conhecimento Social e o grupo Delibera Brasil em uma cidade da Amazônia Legal. Ao longo de cinco sessões, o projeto teve como pergunta norteadora: o que fazer para que a coleta seletiva alcance todos os bairros de Belém, gerando renda para a população e o município?

Para a execução do projeto, foi necessário o estabelecimento de uma teia de mobilização local. Para isso, estabeleceu-se uma parceria com a Prefeitura de Belém, com ênfase no programa municipal “Tá Selado!”, a Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN), as instituições públicas de ensino superior e algumas organizações da sociedade civil, a exemplo da Rede Jandyras e do Observatório Social de Belém.

O processo de deliberação conduzido teve por objetivo não apenas a externalização de vontades individuais, mas a construção de conceitos sólidos no grupo de debate. Visto que não há como pré-requisito o conhecimento prévio do assunto a ser debatido, as duas sessões iniciais foram centradas na capacitação dos participantes acerca do tema. Após isso, o terceiro e quarto encontro centraram-se no estudo de caso do edital de concessão de serviços de limpeza urbana e na coleta de resíduos. A última sessão da assembleia culminou na produção da carta de recomendações. A figura 1 apresenta a sequência de encontros.

Figura 1. Cronograma de encontros da Assembleia Cidadã



Fonte: elaboração própria.

A primeira reunião foi realizada no dia 05 de agosto e, conforme a observação realizada, o encontro teve como foco a integração entre participantes, a explicação do projeto e seus objetivos, uma breve introdução sobre o tema da coleta seletiva e o mapeamento de sugestões. Na sequência, ainda na primeira sessão, visando introduzir os participantes à questão problema, foi perguntado sobre suas vivências, preocupações e conhecimentos conceituais. Neste íterim, quando perguntado se realizam a coleta seletiva nas suas residências, destaca-se que grande parte do minipúblico disse que, apesar de não realizar a coleta seletiva completa, eles efetuavam a separação de materiais mais simples, como metal e plástico. Ainda assim, para eles, há um déficit operacional quanto à quantidade de coletores nas vias públicas e ecopontos para o recolhimento destes materiais recicláveis.

Na segunda reunião, do dia 12 de agosto, ocorreu um diálogo com vários profissionais centrais para a discussão sobre coleta seletiva. Dentre eles, destacamos representantes da Universidade Federal do Pará, que elucidaram questões pertinentes, como a importância de buscar uma sustentabilidade real na sociedade e a existência de modelos alternativos de produção. Em seguida, houve a participação dos representantes do poder público, especificamente membros da organização Funbosque e da Secretaria de Saneamento e Secretaria de Meio Ambiente. Eles trouxeram para a discussão a realidade da administração pública vivenciada pelo município, além das problemáticas e das expectativas para a coleta seletiva. No final da reunião, falaram os atores do processo de coleta seletiva por vezes marginalizados: os coletores de materiais recicláveis. Por fim, com

o objetivo de estimular a criticidade do minipúblico, após o ciclo de palestras, os cidadãos puderam realizar uma dinâmica de perguntas e respostas em grupo para debater acerca dos conhecimentos dialogados.

No terceiro encontro, realizado no dia 26 de agosto, o minipúblico revisitou as questões abordadas do encontro passado e conversaram com mais uma representante do poder público – dessa vez com uma representante do poder legislativo municipal. Na ocasião, a vereadora acolheu as dúvidas e as sugestões dos cidadãos ali presentes e propôs a criação de um grupo de trabalho na Câmara Municipal com objetivo de buscar soluções em conjunto com os movimentos sociais, catadores, pesquisadores e moradores acerca dos resíduos sólidos.

No dia 02 de setembro, a quarta sessão discutiu os detalhes específicos do Edital de licitação para a coleta. No encontro, foi exposto que há uma preocupação coletiva por parte das cooperativas de catadores acerca de alguns pontos, principalmente em relação à falta de clareza do Edital quanto ao papel dos catadores. Por fim, foram novamente desenvolvidas dinâmicas de grupo, agora tendo por objetivo analisar o Edital e sugerir quais tópicos poderiam ser revistos e quais metas a prefeitura deveria ter até a realização da Conferência das Partes (COP) 30, que será realizada em Belém em 2025. Diversas sugestões surgiram, a exemplo de parceria com os moradores, apoio para as cooperativas na forma de pagamentos e auxílio estrutural, redução do contrato para o prazo de 15 anos e desenvolvimento de canais de comunicação com ampla divulgação de informações.

Na quarta sessão, foi finalizado o maior ciclo de deliberação e sobre ele chamou a atenção dos pesquisadores o fato de que várias das sugestões apresentadas pelo minipúblico resultaram das informações dialogadas no processo de nivelamento do tema, que ocuparam as três sessões iniciais.

O último encontro foi realizado no dia 16 de setembro, tendo como foco principal a compilação das decisões dos encontros anteriores e sua confirmação pelo minipúblico.

Avaliação da experiência

Um dos principais objetivos da assembleia cidadã foi mostrar para os indivíduos a importância que a deliberação tem para o processo de tomada de decisão. Sobre a relevância do diálogo político, o entrevistado E afirmou que:

A Assembleia abriu muito o leque de informação em relação não só do resíduo, mas de uma forma geral, e ver o quanto o poder público é ausente nessas questões. Porque isso aqui tem que ser multiplicado, isso aqui tem que ser um fator multiplicador, em cada bairro de Belém (Entrevistado E. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Destaca-se na fala a importância da multiplicação dessa experiência de deliberação para outros espaços e a necessidade de descentralizar o processo de tomada de decisão, permitindo com que a população possa publicizar seus anseios. Sobre esse ponto, Gerber e Muller (2017:385) destacam que a regularidade e a existência duradoura de espaços inclusivos de deliberação expõem os cidadãos a um “intercâmbio argumentativo de alta

qualidade que pode de facto tomar decisões de acordo com critérios deliberativos”. De fato, os participantes da assembleia concordam com a importância da participação dos cidadãos nos assuntos públicos.

A Assembleia Cidadã como modelo participativo visa aproximar o cidadão comum ao centro de decisões públicas e combater o distanciamento entre os tomadores de decisão e aqueles atingidos pelas decisões públicas. Nesse sentido, a assembleia como instrumento de participação tem potencial de promover um espaço de contribuição mais amplo na política.

No caso da Assembleia Cidadã em Belém, isso se concretiza pelo sorteio do minipúblico de acordo com os bairros do município, gênero e faixa etária dos participantes. Os participantes do minipúblico demonstraram unanimemente o seu contentamento com a metodologia, sobretudo pela oportunidade de contribuírem dentro do escopo da sua realidade, como pode ser observado na fala dos entrevistados B e D.

É, a questão da... da inclusão mesmo, porque... Não é da mesma faixa etária, não é da mesma classe social, a gente se conhece ali no momento, então, isso é muito válido, porque você conhece cada, cada questão, cada bairro (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Então, a gente vê que a nossa cidade tem um disparate muito grande de informações dos princípios básicos que deveriam cuidar da população. Então, eu achei muito importante e tem que ser um fator multiplicador (Entrevistado D. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Conforme as falas destacadas, um elemento importante para o processo de deliberação foi a igualdade dos participantes no que se refere à oportunidade de composição do minipúblico. Isso mostra o acerto metodológico de proporcionar a isonomia e a valoração equitativa das vozes de todos os envolvidos como valores fundamentais para a realização da Assembleia Cidadã.

Reafirmando este ponto, Rubião (2018) realizou uma análise do uso do sorteio na política a partir de diferentes experiências deliberativas e destacou que o seu uso pode fomentar a aleatoriedade no minipúblico, garantindo potencialmente a sua representatividade, a redução da parcialidade e enviesamento e, por fim, o incentivo à participação na esfera pública pela inclusão do cidadão comum. Especificamente sobre o minipúblicos, conforme trabalho que aborda a experiência (Netto & Cervellini, 2021), eles conseguem promover a democracia local ao criar espaços de deliberação que priorizam a diversidade social, garantem a inclusão de vozes marginalizadas e fomentam a colaboração entre cidadãos e gestores públicos.

No entanto, sobre a composição do corpo do minipúblico, os participantes divergiram sobre o caráter inclusivo da reunião. Nesse ponto, dois entrevistados pontuaram a ausência de representantes de determinados bairros. Isso pode ser justificado pela desistência de participantes ao longo do projeto e pela inviabilidade de se realizar um novo sorteio devido à fase avançada de implementação da assembleia. Por outro lado, outro entrevistado apontou o déficit na inclusão de minorias entre os participantes, sobretudo pela ausência

de membros de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Essas observações são fundamentais para o aprimoramento da experiência no sentido de inclusão de grupos sistematicamente alijados do processo decisório, como quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, entre outras, e pela necessidade de readequação da metodologia ao longo do processo, garantindo a substituição de membros caso alguns deles desistam.

Sobre a experiência em si, os entrevistados concordaram com sua importância. Mas as interpretações sobre o quanto ela é positiva variam de uma esfera de individual para outra coletiva. Mudanças no sentido individual foram relatadas por um participante: “mudou, tanto que eu procurei também ler o próprio edital pra conhecer melhor. E entender melhor também alguns temas que a gente estava debatendo” (Participante D. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Ou seja, a participação na assembleia cidadã mudou a forma como o entrevistado entende o problema, levando à qualificação maior para a discussão. Esse é um dos aspectos mais positivos da participação política que, como já apontado por Pateman (1992), leva à educação sobre problemas públicos.

Uma das características positivas da assembleia cidadã é o seu caráter informacional. A importância desse estágio também foi apontada por Pinzón-Segura *et al.* (2022) em seu estudo sobre realização do conselho cidadão (equivalente a Assembleia Cidadã), sobre a eutanásia em crianças e adolescentes na Colômbia. De acordo com o autor, a fase da deliberação formativa possibilitou que o minipúblico identificasse os subtemas transversais e, consequentemente, expressassem seu posicionamento. Além disso, o autor aponta que todos os participantes relataram ter adquirido ferramentas para argumentar, debater e compartilhar conhecimentos e representações diferenciadas do problema discutido.

A participação na assembleia cidadã tem a capacidade de mudar as decisões públicas e esse foi um ponto positivo bastante ressaltado pelos entrevistados. Por exemplo, um participante afirma que participar da assembleia trouxe luz sobre algumas decisões que já estavam em andamento na prefeitura municipal e que, segundo ele, não correspondiam ao posicionamento da população, conforme a fala: “Com certeza. Adquiri mais conhecimento sobre o que devemos fazer, as coisas erradas que estamos fazendo (...), que agora podemos melhorar (...)” (Entrevistado N. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Conforme o entrevistado supracitado, somente com a participação das pessoas que utilizam os serviços é possível aprimorá-los. É notável como, apesar do tema debatido estar presente no cotidiano de todos os participantes do minipúblico, eles em sua totalidade não haviam participado de debates ou quaisquer aproximações política acerca do tema, como pode ser observado na fala do entrevistado F:

Eu me senti privilegiada porque eu nunca tinha participado, assim, é como agora eu falei, né? A gente tinha uma visão ainda fechada. Se cada bairro pudesse ser feita uma reunião dessa que a gente está fazendo, uma assembleia dessa (...) (Entrevistado F. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Isso evidencia um ponto crucial sobre a natureza da participação cívica e do engajamento político. Mesmo quando os assuntos são relevantes para o dia a dia dos cidadãos, a falta de oportunidades de diálogo pode resultar em um não envolvimento ativo. Nesse contexto, o papel dos processos participativos, como o minipúblico em questão, torna-se ainda mais significativo ao proporcionar um espaço estruturado para a deliberação. A deliberação contribui então para aproximação entre os cidadãos com as decisões coletivas e as torna mais eficazes.

O aprimoramento das decisões coletivas por meio de experiências participativas já foi observado pela literatura. De acordo com Anacleto *et al.* (2021:17), a utilização de um minipúblico dentro da esfera política apresenta um caráter de subsídio às decisões, uma vez que promove uma base de diálogo para todos os cidadãos, a partir da inclusão de vozes que em outros modelos seriam “sub-representadas, em que os cidadãos são meros participantes e apenas cumprem as diretrizes constitucionais”. Os autores destacam ainda que, devido ao nível de reconhecimento, vigilância e empoderamento conquistado por meio do processo deliberativo, criam-se condições para a promoção de políticas públicas mais assertivas, uma vez que as “práticas dos gestores públicos são questionadas, exige-se que os atos sejam transparentes, que os procedimentos burocráticos se adéquem ao bem comum, além de outros requisitos” (Anacleto *et al.*, 2021:17). Ou seja, um dos ganhos das experiências participativas seriam políticas públicas melhores porque estão mais próximas das necessidades da população, que é beneficiária delas.

O distanciamento entre o corpo gestor e os seus eleitores foi observado pelo participante E. Apesar de eleitos democraticamente, os gestores por vezes não promovem mecanismos de escuta à população.

Nós elegemos nossos representantes, mas os nossos representantes não elegem o povo para falar. Então, assim, é meio complicado, porque você tem uma única pessoa para representar uma gama de pessoas de diversas partes (Entrevistado E. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Pode-se perceber que há uma carência de contato entre esses cidadãos e o seu corpo político, criando uma falta de confiança entre aqueles que elegem e seus representantes. Ademais, o entrevistado entende que os eleitos falham em representar os seus eleitores.

Em outros trabalhos, como o de Pinzón-Segura *et al.* (2022), essa lacuna fica em maior evidência pela participação limitada ou inexistente de representações do poder público durante o processo informacional das deliberações que, somado a baixa transparência de alguns municípios, promoveu uma fragilidade na discussão.

A existência de um distanciamento entre representantes e representados no modelo democrático é estudado por Amorim (2007). O autor questiona a lacuna na promoção de condições favoráveis para estimular a participação cidadã. Para corrigir esse problema, o trabalho mostra que experiências como as assembleias cidadãs por meio dos minipúblicos podem ajudar a aprimorar os governos democráticos e as críticas em relação à distância entre representantes e representados.

Diagnóstico similar foi observado em conjunturas participativas semelhantes, a exemplo de Pizi (2023), que, ao analisar criticamente as iniciativas participativas no contexto da crise climática, em específico a Convenção Cidadã para o Clima da França (CCC) de 2019, apontou que o modelo de assembleias populares são ferramentas para aproximar de forma direta os cidadãos do processo de formulação de políticas socioambientais. Cabe dizer que a CCC de 2019 teve como produto direto a elaboração de 149 propostas qualificadas, que posteriormente foram englobadas dentro da Lei do Clima e Resiliência de 2021. Ou seja, seus resultados foram de fato transformados em lei.

De modo mais amplo a assembleia transforma os cidadãos em ativos no processo político. Eles se percebem potentes ao participar de uma experiência participativa e isso muda a forma como se relacionam com as decisões públicas. Conforme o entrevistado abaixo:

(...) foi uma Assembleia muito boa, porque tem muita gente que chegou para participar dos encontros, mas nem sabia sobre o que se tratava, acharam que iam ficar isentos de falar, de dar sua opinião. Acabou que pessoas do começo, ah, não vou falar nada, acabaram falando, porque tinham coisas para falar, né? Nós somos seres inacabados, então sempre a gente tem que agregar ao outro. Então, tenho certeza de que a Assembleia Cidadã faz muita diferença, porque tem muita gente que não sabe, passa a saber do problema e passa a ser um cidadão ativo sobre a questão (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Para o entrevistado a Assembleia Cidadã é vista como um espaço de escuta e troca de experiências para a tomada consciente de decisões. Do excerto destacado, é possível perceber dois pontos interessantes: primeiro, a abordagem de contribuição do macro ao micro, em relação à vivência dos deliberantes. Isso se faz presente principalmente pelo teor da escuta ativa presente no processo de deliberação, visto que a democracia deliberativa Habermasiana prima pela pluralidade de formas de comunicação por meio da ação comunicativa.

Segundo, a assembleia tem potencial adaptativo para criar uma experiência participativa, emulando uma política direta, na qual os indivíduos podem contribuir ativamente com o processo de deliberação, partindo das suas experiências.

Outro ponto positivo da experiência é o estímulo à participação. Sobre esse ponto, merece destaque o posicionamento de um entrevistado: “(...) não sabia direito como ia acontecer, mas foi muito bom, muito válido, a gente se sente... importante, né, nesse processo, essas tomadas de decisões. (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Em geral, as entrevistas revelam o quanto é importante para os cidadãos sentirem-se incluídos nos processos de tomada de decisão. Isso permite com que eles se sintam validados pelo poder público. Para Sartori (1987:115), a inclusão nos processos de tomada de decisão por meio de ferramentas de deliberação pública permite o fortalecimento e a legitimidade democrática, garantindo que as decisões reflitam a vontade informada dos cidadãos. Esse potencial de experiências de deliberação foi confirmado pela presente pesquisa.

Em suma, a literatura já observa vários pontos positivos em relação às experiências deliberativas. Por exemplo, Prono (2014) versa sobre a melhoria da qualidade democrática e propõe a dependência desta em relação a fatores como reconhecimento do valor representado pelos espaços públicos, uma cultura política igualitária e sensível aos problemas sociais e, sobretudo, com a capacidade de fomentar processos ascendentes para o consenso democrático.

Adicionamos aqui o potencial de transformação do indivíduo enquanto sujeito político e sua relação com o poder público (fatores recorrentemente revelados pelos entrevistados). Os participantes acreditavam unanimemente na efetividade de sua participação para o melhoramento das soluções propostas. Essa perspectiva de empoderamento político por meio da participação ativa, encontrada nos excertos da entrevista realizada, corrobora o exposto por Pateman (1992) que trata a participação como instrumento de aprendizado e prática política.

De igual modo, é possível estender esse modelo para outros espaços. Por exemplo, Souza (2012), aponta a versatilidade de sistemas participativos e a adaptabilidades deles a múltiplos ambientes, incluindo os virtuais, como no caso do website E-democracia. Para o autor, a utilização de ferramentas digitais para o engajamento político propicia a “construção de verdadeiras assembleias públicas virtuais”, cumprindo com a função social de incluir os cidadãos comuns dentro do contexto legislativo.

Entretanto, há igualmente críticas em relação ao processo. Visando mapear os potenciais pontos de fragilidades de um minipúblico grande e diverso, questionou-se aos participantes se eles consideravam que a sua opinião foi levada em consideração ao longo do processo. Dentre as respostas, destacam-se os excertos dos entrevistados:

Eu consegui me posicionar, então, acho que cada um teria ali a sua voz, quem, quem queria falar, poderia falar, a gente não era tolo, a gente não era censurado, então, acho que isso, é, o melhor, assim, do processo (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

No caso, eu sou tímido, mas só que o que eu falei teve relevância, né? Foi levado em consideração. Foi levado em consideração (Entrevistado H. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Esperava-se com essa pergunta que os participantes revelassem aspectos limitados das experiências participativas, como o fato de que nem todo mundo consegue participar ou que suas opiniões não são levadas em conta. Mas isso não aconteceu. O modo como o processo deliberativo foi construído, a partir de diálogos iniciais que levaram os participantes a dominarem o tema a se conhecerem, fez com que a deliberação superasse limites esperados.

Quando questionados acerca das dificuldades em construir a carta de recomendações, foram observadas na percepção dos participantes duas preocupações: a necessidade de sintetizar tudo aquilo que foi debatido por eles ao longo dos encontros, bem como o processo de conciliação de posicionamentos divergentes.

(...) aí vem a parte mais difícil, a mais técnica, porque debater tudinho uma carta, o projeto, via oral e depois transcrever para papel, tem que também estar dentro dos conformes (Entrevistado C. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

(...) o que é engraçado é que a gente luta em prol de uma única coisa, que é ter de fato uma sociedade sustentável. Todos nós entendemos esse impacto que gera na nossa comunidade, no nosso bairro, na nossa família, então eu acredito que isso não vai ser tanto problema, acho que o problema vai ser a implementação que a gente esbarra na política (Entrevistado E. Entrevista concedida no dia 16/09/2023).

Apesar dessas discordâncias, o processo deliberativo é justamente para que ocorra um aprendizado entre todos e concordância entre os pontos mais importantes – o que ocorreu no processo final.

É importante observar ainda que, apesar de acreditar no potencial de construção de recomendações para a cidade, os entrevistados tendem a não acreditar no potencial de serem implementadas. Muitos afirmaram que não tem plena certeza do interesse da administração em dar uma solução rápida para os problemas. Esse problema já foi abordado pela literatura. Segundo Algora (2013), os minipúblicos apresentam potencial para aprimorar a qualidade democrática ao promover deliberação inclusiva, legitimar decisões políticas e construir consensos em temas complexos. Os casos da Bélgica e da Irlanda demonstram que esses espaços podem fortalecer a participação cidadã e a confiança nas instituições, embora enfrentem desafios relacionados à representatividade e à integração de suas recomendações nas políticas públicas. Mas o fato de que nem sempre as recomendações viram políticas públicas não é um problema em si da deliberação, mas do processo seguinte de implementação de uma política pública.

Quando perguntados acerca de aspectos a serem melhorados no processo de deliberação e na formulação das Assembleias Cidadãs, os participantes expressaram o desejo de continuidade dos encontros. Esse trecho mostra o quanto eles mesmos foram transformados no processo e passaram a considerar a coletividade dos cidadãos como partes fundamentais no processo de formulação de decisões coletivas.

De forma geral concluímos que a participação ativa no processo da deliberação e construção da carta de recomendações possibilitou um fortalecimento da consciência cívica, promovendo uma experiência de democracia mais robusta e inclusiva para os participantes. De todos os ganhos, pontuamos o que foi mais presente nas entrevistas: a transformação dos cidadãos que passam a se enxergar enquanto sujeitos políticos, fundamentais para a construção de decisões coletivas.

Considerações finais

No estudo de caso da Assembleia Cidadã Enfrentando Desigualdades – Recicla Belém foi explorado o potencial transformador da deliberação e dos minipúblicos na tomada de decisões comunitárias, buscando analisar como a percepção dos participantes se convergem ao longo do processo.

O artigo revelou a importância da colaboração entre diferentes atores da sociedade civil, governos locais e organizações não governamentais. Por meio dessa parceria, foi possível mobilizar recursos e expertise necessários para produzir um diagnóstico da temática debatida sob o olhar do cidadão comum.

Ao promover a participação ativa dos cidadãos em todas as etapas do processo decisório, a Assembleia Cidadã demonstrou que a democracia deliberativa pode ser uma ferramenta poderosa para enfrentar desafios locais. Os minipúblicos proporcionaram um espaço inclusivo para que vozes, que eram deixadas ao esquecimento, fossem ouvidas e valorizadas. Isso não só fortaleceu o senso de pertencimento entre os participantes, mas também resultou em propostas de políticas mais abrangentes e representativas.

O estudo de caso da Assembleia Cidadã Enfrentando Desigualdades – Recicla Belém oferece uma perspectiva sobre o poder da deliberação e da participação comunitária na promoção de sociedades mais justas e inclusivas. São muitos os ganhos para a formulação de políticas públicas em todas as esferas, por isso apostamos na inclusão dos cidadãos em processos deliberativos para o aprimoramento da democracia. O processo deliberativo por meio dos minipúblicos transforma não só as políticas públicas, mas todos os atores envolvidos no processo, com destaque para os cidadãos. Eles passam a se enxergar como sujeitos ativos da formulação de decisões coletivas.

Visando melhorar o teor participativo da metodologia de minipúblicos, sugere-se a sua integração no desenho institucional municipal, com a sua replicação na esfera pública como projeto contínuo.

Por fim, tendo em vista a multiplicidade da temática, aponta-se como campo de pesquisa para futuros trabalhos as disparidades de participação no minipúblico e a aplicabilidade das sugestões realizadas nas recomendações finais.

Referências

- ALGORA, Álvaro R. (2013). “Minipúblicos, oportunidades y desafíos. Los casos de Bélgica e Irlanda”. *Doxa.comunicación*, n. 37, pp. 19-37. [Consult. 28-04-2025]. Disponível em <https://doi.org/10.31921/doxacom.n37a1768>
- AMORIM, Maria Salete S. (2007). “Cidadania e participação democrática”. *Anais do II Seminário nacional movimentos sociais, participação e democracia*, pp. 366-379.
- ANACLETO, Elaine M. A.; CABRAL, Helena E. de S.; ALCANTARA, Valderi de C.; ANDRADE, Vitor A. R. (2012). “Minipúblicos como possibilidade de participação e deliberação em compras públicas: um estudo no Observatório Social do Brasil de Piumhi”. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 13, n. 3, pp. 1-19. [Consult. 22-03-24]. Disponível em <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i3.10052>
- BARDIN, Laurence. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo, Edições 70.
- FISHKIN, James S. (2015). *Quando o povo fala: democracia deliberativa e consulta pública*. Curitiba, Atuação.
- FUNG, Archon. (2004). *Empowered Participation: Reinventing Urban Democracy*. Princeton University Press.

- GERBER, Marlene; MULLER, Sean. (2018). “When the people speak—and decide: deliberation and direct democracy in the citizen assembly of Glarus, Switzerland”. *Policy e Politics*. n. 3, pp. 371-390. [Consult. 12-04-2024]. Disponível em <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/pp/46/3/article-p371.xml>
- HABERMAS, Jurgen. (1997). *Direito e Democracia*: entre facticidade e validade, vol. 1. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- ROMÃO NETTO, José V.; CARVELLINI, Silvia. (2021). “Minipúblicos e inovação democrática: o caso do Jardim Lapenna”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 106, pp. 1-19. [Consult. 12-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/3610612/2021>
- NIEMEYER, Simon. (2011). “The Emancipatory Effect of Deliberation: Empirical Lessons from Mini-Publics”. *Politics & Society*, v. 39, n. 1, pp. 103-140. [Consult. 10-04-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0032329210395000>
- PATEMAN, Carole. (1992). *Participation and democratic theory*. Cambridge University Press.
- PEREZ, Olivia C.; SANTOS, Gustavo G. C. (2019). “A produção acadêmica sobre participação social no Brasil: trajetória e agendas de pesquisa”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 90, pp. 01-22. [Consult. 27-03-2025]. Disponível em <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/488>
- PINZÓN-SEGURA, Maria Camila; ROTH-DEUBEL, André N.; MOSQUERA-PEDREROS, Natalia; MÉNDEZ, Daniela; CAJAMARCA, Luisa; ARAGÓN-JOYA, Yefry A. (2022). “Cabildo ciudadano sobre eutanasia: participación social en salud y formación ciudadana”. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 20, n. 3, pp. 587-615. [Consult. 11-04-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.11600/rllcsnj.20.3.5026>
- PIZI, Chiara. (2023). “Assembleias cidadãs e mudança climática. constituição, economia e desenvolvimento”. *Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. v. 15, n. 19, pp. 117-129. [Consult. 12-04-2024]. Disponível em <https://www.abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/view/592>
- PRONTO, Santiago N. (2014). “Política, deliberación y soberanía popular”. *Acta Republicana*. n. 12, pp. 41-50. [Consult. 11-04-2024]. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/31156>
- RUBIÃO, André. (2018). “O sorteio na política: como os minipúblicos vêm transformando a democracia”. *Opinião pública*. v. 24, n. 3, pp. 699-723. [Consult. 26-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243699>
- SAMPAIO, Rafael C.; BARROS, Samuel A. R.; MORAIS, Ricardo. (2012). “Como avaliar a deliberação online? um mapeamento de critérios relevantes”. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, pp. 470-489. [Consult. 22-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200010>
- SARTORI, Giovanni. (1976). *The Sociology of Parties: A Critical View*. Beverly Hills. Sage Publications.
- SOUZA, Marcelo I. (2012). “Participação e deliberação no site e-democracia”. *Sociologias Plurais*. [Consult. 25-03-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.5380/scplpr.v0i1.64790>
- TUNHAS, Paulo. (2012). *Deliberação*. Dicionário de Filosofia Moral e Política. v.2. [Consult. 18-03-2024]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/118249>
- ZHOURI, Andrea. (2014). “Mapping Environmental Inequalities in Brazil: mining, environmental conflicts and impasses of mediation”. *Desigualdades*. v. 75, pp. 1-39. [Consult. 18-03-2024]. Disponível em https://www.desigualdades.net/Working_Papers/Search-Working-Papers/working-paper-75-_mapping-environmental-inequalities-in-brazil_/index.html

Ana Olimpia Cardoso Alves <https://orcid.org/0000-0001-6882-2754> <http://lattes.cnpq.br/1236884924041963>

Tecnóloga em Gestão ambiental e estudante de graduação do curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal Rural da Amazônia, com linha de pesquisa na análise de instrumentos participativos na construção de políticas públicas. E-mail: ana.alves.1520@gmail.com

Olívia Cristina Perez <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517> <http://lattes.cnpq.br/0115776710902545>

Doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Tem estágio pós-doutoral no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO/CINDE). É Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br